

São Paulo já cuidou de 37 mil animais silvestres na Divisão de Fauna do Município (Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre), desde o início dos trabalhos desta unidade, no final de 1991. Um trabalho árduo, altamente técnico e que colabora profundamente para que o meio urbano paulistano conviva melhor com o ambiente natural que ainda resta, principalmente nos extremos norte e sul de seu território. A mancha urbana de São Paulo é impressionante, maciça e crescente, obrigando a fauna silvestre, cada vez mais, a competir com o avanço implacável da população humana sobre os remanescentes de Mata. Esta realidade preocupante foi evidenciada pela Diretora desta Divisão, a médica veterinária, Vilma Clarice Geraldi, ao participar da reunião da Comissão de Estudos sobre Animais, na Câmara Municipal de São Paulo, dia 6 de abril, na Câmara Municipal de São Paulo.

Como se recorda, a Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo foi criada a partir de requerimento do Vereador Roberto Tripoli, que a preside. A Comissão conta, ainda, com os vereadores Aurélio Miguel, Gilberto Natalini, Ítalo Cardoso e Bispo Atílio. Nas primeiras semanas de discussão, o grupo abordou prioritariamente questões envolvendo animais domésticos e domesticados na cidade. Agora, o foco são os silvestres nativos e exóticos.



Foto: CMSP/Juvenal Pereira

Os animais silvestres de vida livre são objeto do trabalho da Divisão de Fauna, explicou Vilma Geraldi, revelando que desde o início dos trabalhos, no final de 1991, até o final da tarde de 5 de abril de 2009, haviam sido atendidos 36.950 silvestres – sobretudo espécimes feridos, muitos “órfãos” e aqueles chamados de “invasores”. Estes entram em residências e escolas e os humanos acionam autoridades para capturá-los. Cada vez mais os humanos invadem áreas remanescentes de matas e os animais, com seu território espremido, acabam entrando nos imóveis, desorientados ou em busca de alimentação, que antes era algo naturalmente obtido na natureza, agora destruída.

O que chamou a atenção foram os dados precisos trazidos pela médica veterinária,

demonstrando que, enquanto o órgão que cuida do controle de animais domésticos -- o Centro de Controle de Zoonoses -- ainda se atrapalha até com simples dados sobre o número de animais capturados, eutanásia, adoção, o órgão municipal que cuida da fauna silvestre possui um sistema eletrônico primoroso – SISFAUNA. Este sistema gerou um banco de dados preciso, permitindo localizar até mesmo os dados de animais cuidados desde o início dos trabalhos, em 1991, com detalhamento da espécie e motivo da entrada, situação do animal e até destinação final.

Segundo Geraldi, dos animais atendidos pela Divisão de Fauna, 39% são frutos de apreensões nas mais diversas situações e chegam ao órgão pelas mãos da Polícia Ambiental, Polícia Federal e Guarda Civil Metropolitana (São Paulo conta com uma Inspetoria Ambiental da CGM). O objeto central da Divisão são os silvestres de vida livre da cidade, mas também são atendidos aqueles provenientes do tráfico, tanto que, ocorrem na cidade 416 espécies silvestres e já passaram pela Divisão animais silvestres de 480 espécies. A maior parte são aves – 320 espécies; além de 74 espécies de mamíferos, 54 de répteis e 32 outras (anfíbios, peixes e invertebrados).

A Divisão recebe também animais entregues pela população ou socorridos com ferimentos. E além da sede, localizada no Viveiro Manequinho Lopes, no Ibirapuera, conta com o CRAS e o CETAS (Centro de Reabilitação e Centro de Triagem de Animais Silvestres) localizados no Parque Anhanguera. Vale lembrar que estes centros foram legalmente instituídos por Lei do Vereador Roberto Tripoli (Lei Municipal 12.055/96). E agora a estrutura vai ganhar um Hospital Veterinário para Fauna Silvestre, que vem sendo construído com verbas oriundas dos créditos de carbono, segundo informou Vilma Geraldi.

A médica veterinária explicou que até técnicas de falcoaria vêm sendo empregadas na reabilitação de algumas espécies, como suindaras (espécie de coruja) e gaviões. Muitas vezes, um animal silvestre retirado criminosamente da Natureza ou que sofreu agravos devido a outras ações humanas demora meses para ser reabilitado e voltar à vida livre. O pior é que muitos jamais conseguem “voltar para casa” e, quando sobrevivem, acabam destinados a cativeiros oficiais (como zoológicos ou criadouros conservacionistas).

A MÃE SABE O QUE FAZ

Muitas espécies de aves treinam seus filhotes no solo, monitorando seus primeiros dias fora do ninho, observou Vilma Geraldi. A mãe continua fornecendo inclusive alimentação ao filhote neste período, mas muitas pessoas que desconhecem tal fato acionam os órgãos públicos em busca de “socorro” para o animalzinho. Em certas situações, como em parques, a Divisão de Fauna orienta até mesmo que se cerque a área, para que a mãe e o filhote tenham a oportunidade de exercer suas funções naturais no ciclo da vida. Vilma observou que a Divisão de Fauna orienta as pessoas a não intervirem e a deixarem o processo natural consolidar-se, pois um filhote retirado da mãe nessa fase precisa passar por um complicado processo de reabilitação nas mãos dos técnicos até que possa ser solto novamente, quando não vem a óbito. Outro grave problema dos filhotes de aves que passam por esse processo de aprendizado no solo é o perigo de serem devorados por gatos domésticos, cada vez mais numerosos em parques e outras áreas verdes.

Já os chamados “invasores”, sobretudo algumas espécies de gambás e primatas, não passam de animais assustados ou famintos que tiveram sua “casa” (a mata) destruída por humanos (estes, sim, os verdadeiros invasores). Quando não são feridos pelas pessoas que os agridem, e conseguem ser resgatados e encaminhados para a Divisão de Fauna, são tratados e soltos novamente – segundo a médica veterinária “exercemos uma incansável e árdua busca por áreas de soltura na cidade e mesmo em cidades vizinhas, no território da Grande São Paulo”.



Foto: CMSP/Juvenal Pereira

Vilma Geraldi observou que a cidade conta com áreas classificadas como “propícias para solturas de silvestres reabilitados” na Cantareira, Parques Anhanguera e Jaraguá, as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e, além disso, todos os parques são registrados no IBAMA como “áreas de soltura”. A cidade inclusive tem levantamentos de fauna e de flora dessas áreas, para facilitar o trabalho técnico de encaminhamento de um animal que está em condições de ser libertado (de preferência, o animal é solto na área onde foi socorrido; mas em certos casos, quando não se sabe a origem, procura-se uma área de comprovada ocorrência da espécie).

Para evitar que animais reabilitados sejam capturados por humanos e também para evitar a caça e apanha, a Divisão ainda realiza um trabalho educativo junto às comunidades, inclusive crianças.

LUGAR DE DOMÉSTICO É EM CASA

Outro drama que atinge fortemente os silvestres na cidade é o crescimento acelerado do número de animais domésticos (cães e gatos) soltos indevidamente em parques e outras áreas verdes, mesmo com a legislação existente que impede a permanência de domésticos em áreas de soltura de silvestres. Vilma Geraldi mostrou fotos de gatos caçando aves em pleno Parque do Ibirapuera, e falou sobre várias perdas de silvestres (nativos e exóticos que vivem em áreas públicas) atacados por matilhas de cães - como veadinhos e cisnes que sofreram várias fraturas e tiveram partes do corpo dilaceradas por mordidas. Em geral o animal vai a óbito, mas se sobrevive sua recuperação é bastante demorada e complexa. Também é comum a

ocorrência de bugios feridos gravemente ou mortos por cães, sobretudo na Cantareira.

“As matilhas de cães vêm provocando também agravos em humanos”, disse a diretora da Divisão de Fauna, revelando ainda que uma pessoa idosa sofreu uma queda e quebrou a clavícula ao ser atacada por cães soltos no Parque do Carmo; e no Parque Anhanguera, situação semelhante levou um cidadão a registrar Boletim de Ocorrência contra a Administração do Parque.

Também a soltura indevida de silvestres nativos ou exóticos vem crescendo e ameaçando a fauna nativa da cidade. Pessoas compram animais do tráfico ou até oficialmente em pet shops e, depois, resolvem livrar-se deles depositando-os em parques, praças e outras áreas. Um animal solto indevidamente em uma área onde sua espécie não ocorre pode sobreviver, prosperar e até reproduzir-se criando um problema gravíssimo para os silvestres que vivem no local. São Paulo já enfrenta um verdadeiro drama relativo às “espécies invasoras”, como os sagüis vindos de outros Estados e que, soltos indevidamente, conseguiram viver e procriar, formando bandos, em alguns parques. O Parque da Independência, por exemplo, tem um grupo grande desses animais, muitos deles híbridos (resultado do cruzamento de sub-espécies diversas), que sem inimigos naturais afetam o equilíbrio natural da área (sagüis comem ovos de aves e filhotes, entre outros agravos, como a possibilidade de transmissão de zoonoses).

Outro trabalho da Divisão de Fauna é conscientizar a população para que pare de alimentar, indevidamente, os animais que vivem em parques da cidade, sobretudo nos lagos, como os cisnes e os marrecos. A Divisão de Fauna adquire uma tonelada de folhas e três toneladas de ração por mês, somente para alimentar os animais que vivem em lagos dos parques municipais. Isso, sem contar as compras de ração, folhas e frutas para os silvestres internados na Divisão de Fauna, inclusive no Cetas/Cras, do Anhanguera. Alimentos inadequados eventualmente oferecidos pela população, como pães mofados e salgadinhos, podem levar um animal a óbito, por complicações digestivas.

RODOANEL E ACLIMAÇÃO EM PAUTA

O presidente da Comissão de Estudos fez várias perguntas para a Diretora da Divisão de Fauna, sobretudo em relação aos prejuízos causados à fauna silvestre pelas obras do Rodoanel, tanto no trecho Oeste como Sul. Vilma Geraldi explicou que a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) pagou compensações ambientais em dinheiro, em ambos os trechos; e no Sul também vai implantar quatro parques naturais. Vilma disse que o levantamento de fauna (inventário que deve preceder uma intervenção viária como esta) foi realizado pelo próprio empreendedor. Não houve fiscalização técnica por parte do Município, mesmo existindo o uma Divisão de Fauna na cidade, por falta de material humano e verbas, segundo a médica veterinária.

“O custo para a municipalidade, de fazer tal levantamento ou fiscalizar, seria inviável”, explicou Vilma Geraldi. Os levantamentos foram realizados pelo Museu de Zoologia da USP. Quanto às muitas denúncias sobre o excesso de prejuízos para o ambiente, e sobretudo para a fauna, decorrentes das obras do Rodoanel, Vilma admitiu que “o prejuízo para a fauna foi grande”. Principalmente no trecho Oeste o formato do traçado induziu a ocupação das bordas da pista,

com sérios agravos para o ambiente natural e para os animais. Estranhamente a Divisão de Fauna recebeu somente 146 animais vitimados pela gigantesca obra. Destes, 104 foram a óbito. O vereador Roberto Tripoli aprovou uma série de requerimentos, na Comissão de Estudos que presidente, para obter todas as informações relativas aos prejuízos para a fauna causados pelo empreendimento do Rodoanel; quer saber ainda os valores das compensações ambientais, e pretende chamar a Dersa para participar de uma reunião da Comissão de Estudos.

Outro ponto abordado por Roberto Tripoli foi a questão do acidente que provocou o esvaziamento do lago do Parque da Aclimação (quando houve o rompimento repentino do vertedouro do lago, durante o último Carnaval), ocasionando a morte de muitos peixes e outros animais. Vilma Geraldi enfatizou que o escoamento da água aconteceu de forma extremamente rápida, impossibilitando o salvamento de muitos espécimes. “Mesmo assim – garantiu - técnicos da Divisão de Fauna foram acionados imediatamente e atuaram, juntamente com os bombeiros, durante todo o resgate, levando os animais para o Parque do Ibirapuera”.

Questionada sobre a demora no salvamento de uma fêmea de cisne, que ficou 40 horas na lama, Vilma informou que “em nome da transparência, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente manteve o parque aberto ao público durante dois dias depois do acidente, dificultando os trabalhos de resgate”. Segundo ela, com a área ainda aberta ao público, muitas pessoas empenharam-se em ajudar no salvamento de animais, mas sem conhecimentos técnicos e equipamentos apropriados, estes cidadãos acabaram dificultando as tarefas e ainda ficaram expostos a riscos desnecessários. O vereador Tripoli vai solicitar mais dados sobre o assunto para o responsável pela Operação Parque da Aclimação que foi, segundo a médica veterinária, o Dr. Helio Neves, assessor especial, que responde pela Chefia de Gabinete da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

[Veja a apresentação da Dra. Vilma Geraldi](#)

Regina Macedo

jornalista ambiental / assessora parlamentar

do Vereador Roberto Tripoli (PV)

reginamacedo@terra.com.br – fone: 11-3396-4463